



RESUMO DAS PRÁTICAS FINALISTAS

CATEGORIA: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO PARA TRANSPARÊNCIA

Ouvidoria Transparente: A Mudança da Relação Cidadão X Servidores em Palhoça

Implantação da ouvidoria transparente na Prefeitura de Palhoça, por meio de uma ferramenta WEB que proporciona o acompanhamento integral e em tempo real, pelo cidadão, de suas manifestações. Em uma rede composta por mais de 600 servidores públicos on-line, o cidadão protocola sua manifestação e se torna parte da rede, tendo acesso total a toda e qualquer informação que for alimentada em seu protocolo, podendo incluir mensagens e arquivos durante a tramitação. O cidadão também pode manter um diálogo aberto e direto com o servidor público da área relativa ao seu assunto, sem enfrentar um novo protocolo, ligação telefônica ou ir até a sede da Prefeitura. O maior diferencial da ouvidoria implantada na Prefeitura de Palhoça consiste em incluir o cidadão no círculo de trabalho da Prefeitura, facilitando a compreensão dos fluxos e processos internos da Prefeitura.

Aplicativo SOS Eleitor – A Cidadania em Suas Mãos!!

O aplicativo SOS Eleitor é uma ferramenta inovadora de interação entre o poder público e os cidadãos, que podem acompanhar online todas as atividades que os políticos realizam. Além da interação direta com os parlamentares, a plataforma permite que o cidadão atue como um agente fiscalizador, denunciando irregularidades como uma área de ocupação indevida, problemas de iluminação pública, omissão, mau atendimento e até mesmo um buraco na via, onde o usuário tira uma foto com seu celular e através do GPS enviando a localização em tempo real para o vereador que faz uma indicação ao executivo para solucionar o problema. O aplicativo SOS Eleitor é uma plataforma interativa, prática e democrática criada para que as pessoas participem mais da vida política e usem a tecnologia para mudar a atual realidade do país. O objetivo é trabalhar a consciência do voto, aumentar a participação cidadã na política empoderando o cidadão.

Em apenas um clique é possível saber o histórico do vereador, partido, canais de contato, contato oficial, números de projetos de lei, os mandatos, além da avaliação que calcula uma média de popularidade por meio do número de propostas apresentadas, quantidades de projetos, velocidade nas respostas ao eleitor e o número de seguidores.

Aplicativo FireCast Comunidade: Divulgação das Ocorrências do CBMSC em Tempo Real

A prática consiste na divulgação das ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) através do aplicativo “FireCast Comunidade”. Este aplicativo é uma nova ferramenta, desenvolvida pela Divisão de Tecnologia da própria Corporação, que possibilita a notificação sobre os atendimentos do CBMSC, em tempo real. Com foco no público externo, o aplicativo visa maior integração entre o CBMSC e a comunidade, propiciando transparência no atendimento às Emergências em todo Estado. Dentre suas aplicabilidades, podemos destacar a disponibilização de informações sobre as ocorrências geradas nas centrais de emergência. Fato este que permite a rápida divulgação sobre o local das emergências, facilitando a prevenção de novos acidentes e inclusive a atuação de colaboradores com o serviço dos bombeiros, como bombeiros comunitários, brigadistas, defesa civil, profissionais médicos, enfermeiros, dentre outros. A prática possibilita que qualquer interessado tenha ciência dos eventos relativos ao atendimento de ocorrências de determinada região. Dessa forma as pessoas ou instituições podem agir de forma proativa e preventiva. Cabe ressaltar que o aplicativo está disponível, ao público, para download na loja virtual do Google Play, livre de cobrança ou exigência de cadastro prévio para acesso.

Portal SC Transferências

O Portal SCtransferências consolida informações sobre as transferências de recursos realizadas pelo Estado de Santa Catarina aos municípios, entidades privadas sem fins lucrativos e pessoas físicas, além de ser o acesso dos proponentes para a solicitação de recursos públicos estaduais. Desenvolvido entre 2009 e 2012 tem como público alvo os cidadãos e os proponentes.

Para os CIDADÃOS disponibiliza consultas:

- aos repasses de recursos estaduais realizados pelo Estado a partir do ano de 2012. Podem ser consultados dados das transferências, como: beneficiário, objeto do instrumento, valores repassados, local de execução, bens ou serviços contratados pelo beneficiário, dados do fornecedor/prestador, prestação de contas, entre outros. A transparência dos dados permite que o cidadão conheça os projetos/atividades realizados em sua região e seja capaz de exercer o controle social.

Para os PROPONENTES é o canal de interação com o Estado, onde poderá:

- consultar os projetos e atividades fomentados pelo Estado;
- realizar os atos de cadastro, solicitar recursos e prestar contas dos recursos recebidos, entre outros;
- verificar o atendimento dos requisitos legais para a concessão de recursos, por meio da ferramenta DART – Demonstrativo de Atendimento dos Requisitos para Transferências Voluntárias, possibilitando que antecipe a regularização de suas pendências perante o Estado evitando situações que o impeçam de receber recursos; e
- consultar legislações e orientações pertinentes à matéria, entre outras informações.

Portanto, por meio de tecnologia da informação, o Portal SCtransferências oportuniza o acesso da sociedade a informações antes restritas aos processos administrativos e a comunicação entre proponentes e o Estado, e contribui para o controle, tanto institucional quanto social, dos recursos públicos repassados pelo Estado.

Participaram do desenvolvimento do SCtransferências a Diretoria de Auditoria Geral, o Centro de Informática e Automação – CIASC, a Diretoria de Contabilidade Geral, a Indra Brasil e a empresa Claren Design.

Sistema de Gestão de Estradas Rurais – SISGER

O Sistema de Gestão de Estradas Rurais (SISGER) é um conjunto de medidas articuladas, desenvolvidas pelo poder público municipal, para melhorar a qualidade de vida da população rural a partir da manutenção e conservação das estradas rurais. O SISGER é composto por cinco iniciativas: Atendimento da população, sinalização e endereçamento, banco de dados, manutenção das estradas e normatização. Na iniciativa de atendimento a Secretaria desenvolveu em parceria com a iniciativa privada o aplicativo de celular “Gerencia Vias” como objetivo de agilizar a comunicação entre os cidadãos e os gestores públicos. Com o aplicativo a população envia fotos georreferenciadas com detalhes e informações das solicitações. Com referência ao banco de dados foi realizado em parceria com a UDESC o cadastramento de todas as vias rurais com a utilização de imagens de satélite e com mapeamento a campo onde realizou-se o georreferenciamento de pontes, bueiros e edificações comunitárias (escolas, unidades de saúde e igrejas). Todas as informações do cadastramento de estradas estão disponíveis na internet. Com a normatização foi criada lei municipal que obriga o Município a fornecer de forma transparente a ativa o acesso aos dados e informações e publicar boletim informativo sobre as atividades executadas. Planeja-se nesse momento consolidar uma plataforma única que reúna as informações sobre as vias rurais e o trabalho em desenvolvimento com as equipes de manutenção e conservação das estradas.

CATEGORIA: QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Planejamento e Orçamento Democráticos – PODE

A prática proposta intervém no processo de elaboração do planejamento orçamentário municipal, cuja elaboração é formal e contábil, em cumprimento às obrigações legais, sem contemplar a participação social e a visão estratégica de curto, médio e longo prazo. A partir da vontade política da administração atual, adota-se uma mudança radical de metodologia, integrando as diferentes áreas governamentais com as demandas da sociedade, em amplo processo de participação em sua elaboração, monitoramento e avaliação. São previstas várias etapas, iniciando-se pelas audiências públicas comunitárias nas áreas urbana e rural, abertas à toda a população, e com os diferentes segmentos sociais que compõem a sociedade civil organizada, com levantamento e discussão das demandas ou proposições, que ao final, serão convertidas em ações e programas. Serão eleitos conselheiros comunitários e por entidades, que comporão o Conselho de Planejamento e Orçamento Democráticos, com ampla representatividade e instância máxima e permanente do processo participativo. A população do município será a grande beneficiária deste processo democrático, que não somente definirá as prioridades de políticas públicas e de alocação de recursos orçamentários ou do modelo de desenvolvimento desejado, mas que implica na responsabilização dos diferentes atores sociais, na mudança de atitudes, competências e práticas de participação, que fortaleçam as relações institucionais, comunitárias e coletivas e de gestão.

Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina – Cpesc

Permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência é o objetivo principal do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina – CPESC. Regulamentado no final de 2013, por meio do Decreto n. 1.949, de 19 de dezembro de 2013, o CPESC começou a ser utilizado no Poder Executivo Estadual a partir do ano de 2014, sob a coordenação da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.

O CPESC é uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento, previsto nas Leis Federais n. 4.320/1964 e 8.666/1993 e há muito utilizado. O diferencial do Cartão é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas quando da prestação de contas. A prestação de contas do CPESC é automatizada, utilizando-se de informações sobre a execução orçamentário-financeira de cada órgão e a movimentação de cada cartão.

Atualmente o CPESC está implantado em escolas, hospitais, penitenciárias e unidades administrativas estaduais, que atendem diretamente o cidadão, abrangendo quase 1.400 usuários. Além de oportunizar autonomia às unidades, o Cartão possibilita controle financeiro efetivo e maior transparência dos gastos - características de uma administração pública moderna.

Ao atender demandas imediatas de pequeno valor das unidades administrativas estaduais, com controle em todas as etapas, o CPESC permite ao cidadão conhecimento imediato das despesas que vem sendo realizadas pelo Estado em sua comunidade. Ao tempo que instrumentaliza o Controle Social, o CPESC fortalece a autonomia, o que faz dele uma ferramenta de gestão com transparência.

Mais Acesso às Compras Governamentais – priorizando os pequenos negócios através da aplicação dos benefícios do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa

Através da aplicação dos benefícios previstos no Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, a Prefeitura de Timbó ampliou a participação dos pequenos negócios locais nos processos licitatórios, aumentando significativamente o número de participantes e ampliando o percentual adquirido de empresas desta categoria. Os resultados foram positivos para ambos os lados, pois as micro e pequenas empresas tem a possibilidade de serem fornecedoras do Poder Público, conquistando um importante canal de vendas e a Prefeitura tem resultados positivos diretos e indiretos, aumentando a qualidade do gasto público, pois é mais fácil cobrar qualidade dos produtos e serviços fornecidos das empresas sediadas no município e, indiretamente, ganha também ao garantir maior circulação do dinheiro da municipalidade no próprio município e na região, gerando um círculo virtuoso que proporciona a geração de mais empregos, mais renda, mais tributos e mais transparência, além de ser uma prática inclusiva, visto a grande importância social dos pequenos negócios. Em pouco mais de um ano o percentual de compras governamentais das pequenas empresas já atinge 65% do total de licitações. A ênfase na parceria com entidades que auxiliam a multiplicar o projeto de compras governamentais das micro e pequenas empresas na cidade também se mostrou relevante para o sucesso da prática. Por fim, cabe ressaltar ainda os ganhos de transparência e maior controle social dos processos licitatórios que estão agora muito mais acessíveis e com participação cada vez maior dos empreendedores locais que são, neste caso, também contribuintes e cidadãos do município e, nesta condição, ainda que não vençam o certame em si, contribuem com o processo ao torna-lo mais competitivo, oportunizando economia de dinheiro público que pode ser aplicado em outras demandas da comunidade que podem os beneficiar enquanto munícipes que são.

Policiamento Orientado a Soluções de Problemas: O Caso do CONSEG-Centro

A presente prática tem por objeto a aplicação do Policiamento Orientado a Soluções de Problema (Posp) como metodologia de trabalho no Conselho Comunitário de Segurança do Centro (Conseg-Centro), a fim de que se consiga edificar soluções para problemas complexos de ordem pública. Compreende-se por complexo, aqueles problemas recorrentes, multicausais, que se prolongam ao longo do tempo e impactam diversos atores sociais. Sobre esses, desenvolveu-se o Posp a partir de 2012, com o intuito de romper com a lógica predominante de transformar o Conseg em um “balcão de reclamação”. Deixa-se de lado as práticas sustentadas em uma atuação policial militar reativa, compartimentada e distante da comunidade, passando-se a adotar uma gestão em rede que atue sobre as causas do problema e esteja pautada na coprodução, no estreitamento de laços, na responsabilidade compartilhada, no fomento de parcerias, no estabelecimento de vínculos de confiança e na gestão participativa e integrada. O Posp constitui-se numa metodologia de gestão criada por Herman Goldsein (1979), sendo composta por quatro fases: a Identificação do problema, a Análise (da causa) do problema, a Resposta (às causas) e a Avaliação, o que lhe tornou conhecido pelo mnemônico IARA. Convém lembrar que essa metodologia já é utilizada em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos da América, destacando-se por ser acessível e de fácil compreensão e implementação. A esse método, agregou-se a filosofia de polícia comunitária justaposta com as diretrizes da gestão por governança, sedimentando-o como instrumento efetivo para a construção de soluções aos problemas complexos de ordem pública. Por fim, extrai-se resultados exitosos do trabalho realizado, como por exemplo, as ações de destinação de imóveis abandonados, da cartilha cidadã e da adequação da coleta de resíduos sólidos.

Projeto Gestão Transparente do Município de Blumenau/SC

O Projeto "Gestão Transparente" foi concebido no primeiro semestre de 2013, com o objetivo de implantar e aperfeiçoar ações e ferramentas de fomento a *accountability* em Blumenau, ampliando as formas de acesso às informações da administração municipal, promovendo a transparência e oportunizando maior facilidade no exercício do controle social pelos cidadãos como forma de aperfeiçoamento permanente da gestão. Para alcançar o objetivo proposto, foi definido inicialmente um pacote de dezesseis metas, desdobradas em inúmeras ações e agrupadas em cinco eixos: gestão, normatização, inovação, capacitação e mais informações. Destaque para a visão do mandatário em entender a transparência como a principal diretriz de seu governo, somada a essência da reforma administrativa realizada já no dia da posse, com a criação de uma Secretaria de Gestão Governamental incumbida de proporcionar os mecanismos para o alcance deste valor. De se destacar, ainda, a multidisciplinaridade da equipe, que reuniu a experiência e conhecimento dos secretários das unidades do eixo de gestão, e de destacado grupo de egressos do curso de Administração Pública da ESAG/UDESC, simbiose fundamental para a construção do escopo do projeto "Gestão Transparente". No decorrer da execução do projeto, a partir do alcance das metas iniciais e da avaliação da possibilidade de se ampliar os desafios (além do surgimento de novas demandas identificadas tanto pela equipe interna da prefeitura, quanto das partes interessadas), foram planejados dois novos pacotes com dezesseis metas cada, que totalizarão, até o final de 2016, quarenta e oito metas que visam consolidar e tornar irreversível esta política pública inovadora na Capital Nacional da Cerveja, e quem sabe no futuro, também da Transparência Pública.